



Processo nº: 32.846/14

Origem: Secretaria de Estado de Educação

Assunto: Licitação

Ementa: Pregão Eletrônico por SRP nº 33/14 – SE/DF. Contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização nas instituições educacionais e coordenadorias regionais do ensino.

Unidade Técnica, entre outras questões, sugere seja mantida a determinação de licitação separada dos serviços de dedetização, desratização e desinsetização.

Voto parcialmente convergente. Nova oitiva da jurisdicionada.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame do Pregão Eletrônico por SRP nº 33/14 – SE/DF, para contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização nas instituições educacionais e coordenadorias regionais do ensino vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Nesta fase examinam-se os fatos que se seguiram à Decisão nº 252/16, especialmente o cumprimento de seu item III, *verbis*:

[...] III – determinar à Secretaria de Estado de Educação, Esportes e Lazer do Distrito Federal que:

- a) mantenha a suspensão do certame até ulterior manifestação desta Corte;
- b) promova a correção do edital, encaminhando no prazo de 10 (dez) dias ao Tribunal a documentação comprobatória, em relação às seguintes impropriedades identificadas: [...]
- b7) excluir do edital a prática dos serviços de desratização, dedetização e desinsetização [...]

A SEACOMP, nos termos da Informação nº 205/2016, assim se manifesta:

3. Após tomar conhecimento de representação formulada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal, objeto da Decisão nº 1966/16, o Tribunal, em outra manifestação, por intermédio da Decisão nº 2923/16 (S. O. nº 4872, de 09/06/16),



autorizou a continuidade do certame e entendeu, entre outros pontos, por (*verbis*):

(...)

“II – considerar: a) improcedente, no mérito, a Representação apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal, visto que os fatos apontados em suas alegações não estão diretamente relacionados ao procedimento licitatório ora em análise; b) parcialmente cumpridas as determinações contidas na Decisão nº 252/2016 e cumprida a determinação contida na Decisão nº 1966/2016; III – reiterar à Secretaria de Educação do Distrito Federal a determinação contida no item II, “b7”, da Decisão nº 252/2016, visto que nos itens 4.3.4.1.5, alínea “a”, e 4.3.4.2.4, alínea “j”, do Termo de Referência, permanece havendo menção à execução de serviços de dedetização, desratização e desinsetização periódica de áreas internas e externas de dependências da Secretaria; IV – recomendar à Secretaria de Educação do Distrito Federal que adote providências para licitar, com celeridade, os serviços de dedetização, desratização e desinsetização periódica de áreas internas e externas de dependências da Secretaria; V – autorizar: a) a continuidade do certame, após o cumprimento da determinação contida no item anterior; b) a ciência desta decisão à entidade representante; c) o encaminhamento à Jurisdicionada de cópia da Informação nº 146/2016, do relatório/voto do Relator e desta decisão, com vistas a subsidiar o cumprimento da determinação contida no item anterior; d) a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins”.

4. Na sequência, em seu último ato, por força da Decisão nº 3798/16 (S. O. nº 4885, de 26/07/16), esta Corte entendeu por determinar nova suspensão do certame, adotando o seguinte entendimento para o caso (*verbis*):

“I – tomar conhecimento do Ofício nº 1377/2016-GAB/SE (e-doc nº 90DD04C8) protocolado em 21.07.16; II – não conhecer da representação apresentada pela EMPRESA JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. (fls. 574/578); III – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que suspenda o Pregão Eletrônico nº 33/2014 até ulterior deliberação deste Tribunal; IV – autorizar: a) a ciência desta decisão à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e à representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por email); b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para análise dos esclarecimentos apresentados pela jurisdicionada com a urgência que a matéria requer”.



Das Informações da SEDF

5. Examina-se nesta oportunidade as informações prestadas pela Secretaria de Educação, por meio do Ofício nº 1377/2016-GAB/SE, de 21/07/16 (e-doc 90DD04C8), em observância à Decisão nº 2923/16. Referido expediente foi encaminhado à Corte em substituição às informações apresentadas via Ofício nº 1350-GAB/SE, de 20/07/16 (e-doc E5DCD221).

6. Depreende-se das informações apresentadas pela Secretaria de Educação que a contratação em separado para os serviços de dedetização, desratização e desinsetização periódicas das áreas internas e externas das dependências da Secretaria de Educação do objeto principal, qual seja, serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização, nos moldes determinados pelo Tribunal, redundaria aumento significativo dos valores a serem contratados para aqueles serviços.

7. Segundo o entendimento da Jurisdicionada, os serviços de dedetização, desratização e desinsetização, se contratados de forma isolada, teriam seus custos aumentados em aproximadamente 09 vezes, em relação à contratação conjunta com os serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização pretendidos.

Do Mérito

8. Em que pese os argumentos apresentados, há que se ressaltar que as questões levantadas apresentam alguns equívocos, conforme a seguir relatados.

9. Foram apresentados nos Memorandos nº 81 e 82/2016-SUAG/SEEDF, acostados aos ofícios em referência, tabela contendo cálculo estimado de preços pretendidos. Nessa tabela, foram considerados como “*Valor Unitário por M² (Média Apurada em R\$)*” os preços de R\$5,23 para área externa e R\$4,34 para área interna para os serviços de dedetização, desratização e desinsetização.

10. Segundo a Secretaria de Educação, adotados esses valores unitários, a contratação dos serviços de dedetização, desratização e desinsetização, de maneira isolada, alcançaria o montante de R\$122.322.067,05 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, sessenta e sete reais e cinco centavos), ao ano, para três aplicações.

11. Entretanto, os valores unitários (m²) levantados pela Jurisdicionada não representam a realidade mercadológica para esses serviços, os quais, portanto, não podem ser considerados compatíveis com os preços usuais de mercado.

12. Com o propósito de se demonstrar os procedimentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO

Fls.: 717

Proc.: 32846/14

Rubrica

necessários para a presente situação, este Corpo Técnico realizou pesquisa de mercado, tomando por base preços contratados via licitações realizadas por órgãos/instituições oficiais para serviços de mesmo objeto. Assim, os preços foram levantados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/DF, Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE/SC, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA.

13. Para efeito de cálculo, são apresentados a seguir o valor anual atualizado por m² para cada ente contratante. São considerados nas tabelas os lotes com as respectivas áreas e o número pretendido de aplicações de inseticidas. Para efeito de cálculo, os valores anuais contratados sofreram atualização adotando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

CUSTOS ESTIMATIVOS COLETADOS EM PREGÕES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO

PE 36/2014 - CNPq/DF

Abertura: 05/12/2014

Correção IPCA de dez/2014 a jul/2016: 17,07%

Fonte: <http://fundos.economia.uol.com.br/uol/calculadora-indices-inflacao/Default.aspx>

Área (m ²)		Quant. Aplicações	Valor Anual Estimado	Valor Anual Estimado (Corrigido)	Valor anual/m ²
Área Construída	27.430,56	4	R\$ 25.070,00	R\$ 29.349,45	R\$ 1,012
Área Jardim	1.568,24				
Área Total	28.998,80				

PP 15/2016 - DPE/SC

Abertura: 02/05/2016

Correção IPCA de maio/2016 a jul/2016: 1,66%

Área (m ²)		Quant. Aplicações	Valor Anual Estimado	Valor Anual Estimado (Corrigido)	Valor anual/m ²
LOTE 1	Área Interna	3.340,00	R\$ 5.462,50	R\$ 5.553,18	R\$ 1,587
	Área Externa	160,00			
	Área Total	3.500,00			
LOTE 2	Área Interna	1.308,00	R\$ 5.124,00	R\$ 5.209,06	R\$ 2,669
	Área Externa	644,00			
	Área Total	1.952,00			
LOTE 3	Área Interna	1.406,00	R\$ 3.389,33	R\$ 3.445,59	R\$ 2,101
	Área Externa	234,00			
	Área Total	1.640,00			
LOTE 4	Área Interna	2.999,00	R\$ 7.465,58	R\$ 7.589,51	R\$ 2,364
	Área Externa	212,00			
	Área Total	3.211,00			
LOTE 5	Área Interna	830,00	R\$ 2.690,40	R\$ 2.735,06	R\$ 2,575
	Área Externa	232,00			
	Área Total	1.062,00			
LOTE 6	Área Interna	747,00	R\$ 1.792,80	R\$ 1.822,56	R\$ 2,440
	Área Externa	0,00			
	Área Total	747,00			
TOTAL GERAL	Área Interna	10.630,00	R\$ 25.924,61	R\$ 26.354,96	R\$ 2,176
	Área Externa	1.482,00			
	Área Total	12.112,00			

PE 08/2013 - DETRAN/DF

Abertura: 28/02/2013

Correção IPCA de fev/2013 a jul/2016: 29,79%

Área (m²)		Quant. Aplicações	Valor Anual Estimado	Valor Anual Estimado (Corrigido)	Valor anual/m²
Área interna (total)	27.617,80	3	R\$ 96.051,00	R\$ 124.664,59	R\$ 0,773
Área externa (total)	133.607,95				
Área Total	161.225,75				



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 718

Proc.: 32846/14

Rubrica

PE 16/2015 - TRE/BA

Abertura: 26/05/2015

Correção IPCA de mai/2015 a jul/2016:

11,09%

Área (m²)		Quant. Aplicações	Valor Anual Estimado	Valor Anual Estimado (Corrigido)	Valor anual/m²
Área construída (total)	37.268,28	2	R\$ 45.054,88	R\$ 50.051,47	R\$ 1,343

MÉDIA dos custos em R\$/m ² =	R\$ 1,326
MEDIANA dos custos em R\$/m ² =	R\$ 1,178

14. Já os dados apresentados na licitação da Secretaria de Educação são os seguintes.

Fonte: fls. 180/188 - Processo nº 080.005.529/2012 - SE/DF

Lotes	Área Interna (m ²)	Área Externa (m ²)	Área Total (m ²)
1 Núcleo Bandeirante, Guará e Recanto das Emas	206.151,00	588.263,00	794.414,00
2 Plano Piloto, Cruzeiro, Paranoá e São Sebastião	381.880,00	1.426.893,00	1.808.773,00
3 Gama e Santa Maria	242.697,00	634.467,00	877.164,00
4 Planaltina e Sobradinho	191.843,00	717.891,00	909.734,00
5 Taguatinga e Brazlândia	260.083,00	682.033,00	942.116,00
6 Ceilândia e Samambaia	360.189,00	1.405.060,00	1.765.249,00
TOTAL	1.642.843,00	5.454.607,00	7.097.450,00

Cálculo Custo serviços de desinsetização, desratização de decupinização

Quant. Aplicações anual	Custo serviço pesquisado (R\$/m ²)	Área Total (m ²)	Valor Total do Serviço (R\$)
3,0000	1,1775	7.097.450,00	R\$ 8.357.589,13

15. Assim, de acordo com as informações apresentadas nas tabelas acima, a mediana do custo estimado por m² para os serviços de dedetização, desratização e desinsetização, considerando a área total contratada, estaria próximo de R\$1,18 m², o que totalizaria a quantia anual de R\$8.357.589,13 (oito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e treze centavos), para três aplicações. Isso demonstra que os valores exorbitantes apresentados pela Jurisdicionada, objeto de sua pesquisa de preços, deverão ser refeitos, a fim de se adequar aos ditames legais. Para isso, segundo o disposto no artigo 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/93, os serviços somente podem ser licitados quando houver orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

16. Para efeito de levantamento preços, não é por demais ressaltar que a pesquisa da licitação em exame deu-se basicamente junto a empresas do ramo de limpeza e conservação. Entretanto, o



levantamento de preços deverá dar-se mediante preços públicos, devidamente atualizados, de empresas especializadas, voltadas para execução de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e com registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, conforme Decisão Normativa nº 067, de 16/06/2000, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

17. Acresce-se a isso a necessidade de a Jurisdicionada observar a Resolução RDC nº 52/2009, de 22/10/2009, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que aprovou o Regulamento Técnico para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

Das Conclusões e Sugestões

18. A Secretaria de Educação do Distrito Federal resolveu apresentar ao Tribunal informações que entenderam suficientes a fim de demonstrar a desvantagem financeira por parte do Erário, caso a licitação para os serviços de dedetização, desratização e desinsetização, fosse realizada em separado dos serviços de asseio e conservação.

19. Entretanto, conforme acima demonstrado, a pretensão da Jurisdicionada atenta contra os dispositivos legais os princípios da moralidade e economicidade a serem observados pela Administração, uma vez que, pelo cálculo apresentado, o montante estimado de R\$122.322.067,05 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, sessenta e sete reais e cinco centavos) para execução dos serviços de dedetização, desratização e desinsetização estariam bem superiores a quantia calculada nesta Informação, de R\$8.357.589,13 (oito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e treze centavos).

20. Ressalta-se, ademais, que ainda resta pendente de cumprimento a determinação constante no item II, "b7", da Decisão nº 252/16 reiterada pela Decisão nº 2923/16.

21. Salieta-se também que o certame para os serviços de limpeza e conservação encontra-se suspenso por força da Decisão nº 3798/16 (e-doc E81A8866), sendo que, naquela oportunidade, a Exma. Conselheira, em sua declaração de voto, que conduziu o posicionamento do Tribunal, entendeu por determinar nova suspensão do certame, a fim de sopesar a questão da proposta mais vantajosa para a Administração e a necessidade de atender as peculiaridades do caso concreto.

22. Nesse caso, uma vez demonstrada a ausência de vantajosidade para o caso de se realizar uma única licitação para os serviços de limpeza e conservação e de dedetização, desratização e



desinsetização, tem-se de bom alvitre o Tribunal autorizar a continuidade da licitação principal e a abertura de novo procedimento para os demais serviços, com a devida adequação dos preços às condições legais de cada licitação.

O órgão técnico sugere ao Tribunal:

I – tomar conhecimento dos Ofícios nº 1377/2016-GAB/SE (e-doc 90DD04C8) e 1350-GAB/SE, de 20/07/16 (e-doc E5DCD221), com documentações anexas, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEDF;

II – reiterar à SE/DF a determinação contida no item III, “b7”, da Decisão nº 252/2016, reiterada pela Decisão nº 2923/16, no sentido de conduzir em separado licitação para os serviços de dedetização, desratização e desinsetização periódica de áreas internas e externas de dependências da Secretaria;

III – alertar a Jurisdicionada, quando da instauração de procedimento específico, determinado no item anterior, que adote preços públicos com ampla pesquisa de mercado junto a empresas especializadas na execução de serviços de dedetização, desratização e desinsetização; [...]

Quanto aos autos encontravam-se no gabinete da relatora para elaboração de seu voto, deu entrada nesta Corte o Ofício nº 1705/2016-GAB/SE, com novos cálculos de valores promovidos pela área técnica da jurisdicionada.

É o relatório.



VOTO

Cuidam os autos do exame do Pregão Eletrônico por SRP nº 33/14 – SE/DF, para contratação de serviços de limpeza, asseio, conservação e higienização nas instituições educacionais e coordenadorias regionais do ensino vinculados à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Nesta fase examinam-se os fatos que se seguiram à Decisão nº 252/16, especialmente o cumprimento de seu item III, verbis:

[...] III – determinar à Secretaria de Estado de Educação, Esportes e Lazer do Distrito Federal que:

- a) mantenha a suspensão do certame até ulterior manifestação desta Corte;
- b) promova a correção do edital, encaminhando no prazo de 10 (dez) dias ao Tribunal a documentação comprobatória, em relação às seguintes impropriedades identificadas: [...]
- b7) excluir do edital a prática dos serviços de desratização, dedetização e desinsetização [...]

O Tribunal, posteriormente, mediante, Decisão nº 2.923/16, autorizou o prosseguimento do certame, reiterando, contudo, a exclusão do item do edital acima mencionado. Em outra decisão, de nº 3.798/16, o Tribunal reviu o seu posicionamento e determinou a suspensão do certame.

A secretaria de educação, nas informações prestadas por intermédio do Ofício nº 1377/2016-GAB/SE, afirma que a contratação em separado dos serviços de dedetização, desratização e desinsetização de áreas internas e externas de suas dependências, na forma imposta pelo Tribunal, representaria aumento de custos de aproximadamente nove vezes, em relação à contratação conjunta com os serviços de limpeza, asseio e conservação pretendidos.

A SEACOMP, no entanto, assinala que os argumentos da jurisdicionada são equivocados. De acordo com os Memorandos nº 81 e 82/2016-SUAG/SEEDF, o cálculo em que se baseia a secretaria para sustentar os seus argumentos tem como referencial tabela de preços indicando os valores por metro quadrado de R\$ 5,23 para área externa e R\$ 4,34 para área interna.

Com esses valores unitários, a contratação isolada desses serviços alcançaria, no entendimento do órgão, o montante de R\$ 122.322.067,05 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, sessenta e sete reais e cinco centavos), ao ano, para três aplicações.



Ocorre que, de acordo com a instrução, os valores mencionados não representariam a realidade de mercado. Consultando outros procedimentos licitatórios, aquela unidade técnica identificou valores significativamente menores, a exemplo de preços levantados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/DF, Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina – DPE/SC, Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF e Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA. A sua estimativa, nesse caso, seria de um custo previsto de R\$ 1,18 m², o que totalizaria a quantia anual de R\$ 8.357.589,13 (oito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e treze centavos).

Conclui, assim, que os valores apresentados pela secretaria de educação seriam exorbitantes, e deverão ser refeitos, atendendo-se, ainda, ao art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93¹.

De fato, os cálculos feitos pela secretaria de educação parecem não corresponder à realidade de mercado e, em tese, deveriam ser novamente elaborados, adotando-se os princípios próprios da licitação pública, inclusive com pesquisa de preços abrangente, balizada por preços praticados no âmbito da administração pública.

No entanto, ante a constatação de que os cálculos da jurisdicionada podem ter sido fruto de equívoco, parece-me de bom alvitre ouvir novamente a secretaria de educação no tocante a esse aspecto.

Quanto à obrigatoriedade do parcelamento do objeto, essa questão enseja, do mesmo modo, a oitiva da jurisdicionada, tendo em vista que parte da argumentação do órgão para a contratação de objeto unificado é de que a segregação dos serviços, nos moldes determinados pelo Tribunal, redundaria em aumento significativo dos valores a serem contratados para aqueles serviços.

Registro que, estando os autos em meu gabinete, deu entrada nesta Corte o Ofício nº 1705 /2016-GAB/SE, de onde se destaca o seguinte trecho:

Nessa oportunidade, a Coordenação de Recursos Logísticos elaborou o Memorando n.º 90/2016-SUAG/SEEDF (cópia anexa), contendo nova planilha estimativa de preços, ressaltando, com fundamento da argumentação apresentada, ser desvantajosa a contratação, considerando-se o custo unitário da prestação de serviço, tendo em vista não haver cálculo em separado do espaço a ser limpo.

O novo cálculo da jurisdicionada reduziu os valores da planilha estimativa para R\$ 52.056.295,95. Não obstante, ainda supera amplamente o valor

¹ [...] os serviços somente podem ser licitados quando houver orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.



estimado pela unidade técnica, de R\$ 8.357.589,13 (oito milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e treze centavos).

Além disso, observando a tabela estimativa de preços encaminhada pela instrução, verifico que há enormes variações nos preços pesquisados, partindo de valores ínfimos, como R\$ 0,07 por m² até valores mais altos, como R\$ 5,58 por m², o que pode demonstrar que os valores apresentados por cada empresa pesquisada representam diferentes condições de execução dos serviços. Note-se que a média de preços é de R\$ 2,39 p/m², mas o desvio padrão é de R\$ 2,30 p/m². Assim o preço estatístico estimado é algo como R\$ 2,39 ± 2,30 p/m², ou seja, uma variação de praticamente 100% para mais ou para menos. Desse modo, ou os valores como R\$ 0,07, R\$ 0,20, R\$ 0,25 e R\$ 0,30 são inexecutáveis, ou os valores de R\$ 5,58, R\$ 4,98 e R\$ 4,51 são superestimados, comprometendo a confiabilidade da estimativa.

Por tais razões, o novo expediente juntado pela secretaria de educação não muda o encaminhamento a ser feito, devendo aquele órgão explicar os valores adotados em confronto com a análise feita pela unidade técnica.

Entendo, todavia, que, para melhor elucidar o caso, deverá o órgão apontar a diferença financeira da parte de higienização na contratação conjunta com os serviços de limpeza, asseio e conservação, ou seja, o valor do contrato com e sem os serviços relativos à dedetização, desratização e desinsetização.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento dos Ofícios nºs 1377/2016-GAB/SE (e-doc 90DD04C8) e 1350-GAB/SE, de 20.07.16 (e-doc E5DCD221), com documentações anexas, da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, e o Ofício nº 1705 /2016-GAB/SE (e-doc 5BB33968);

II – determine à Secretaria de Educação que:

a) mantenha suspenso o certame licitatório;

b) apresente, no prazo de cinco dias, novos esclarecimentos:

1) em relação ao valor da contratação, tendo em vista os valores aparentemente injustificados apontados no âmbito do Ofício nº 1377/2016-GAB/SE, de acordo com a análise feita pela SEACOMP em sua Informação nº 205/2016, impressão essa não desfeita pelo Ofício nº 1705 /2016-GAB/SE e seus anexos;

2) quanto à contratação unificada dos serviços, considerando-se que as justificativas já apresentadas pela secretaria de educação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO

Fls.: 724

Proc.: 32846/14

Rubrica

partem do pressuposto de que a segregação do objeto, nos moldes determinados pelo Tribunal, redundaria em aumento significativo dos valores a serem contratados para aqueles serviços;

3) apontando o impacto financeiro da parte de higienização na contratação conjunta com os serviços de limpeza, asseio e conservação, ou seja, o valor do contrato com e sem os serviços relativos à dedetização, desratização e desinsetização;

III – autorize:

a) o encaminhamento à secretaria de educação de cópia do Relatório/Voto, da decisão a ser adotada e da Informação nº 205/2016, com vistas a subsidiar o cumprimento dos itens anteriores;

b) a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Sala das Sessões, de setembro de 2016.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora